

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2023

Unidade Gestora: 05101 – Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, CNPJ nº 13.166.970/0001-03, com sede na Capital e Jurisdição em todo o território do Estado, é o Órgão máximo do Poder Judiciário e compõe-se de quinze (15) Desembargadores nomeados na forma da Constituição e das Leis, ocupantes de quatro Órgãos Julgadores distintos: Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Câmara Cível e Câmara Criminal.

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe foi criado pela Constituição Estadual de 18 de maio de 1892, sob a denominação de Tribunal de Relação. Ao longo de sua história, tem contribuído com o processo de construção da cidadania do povo sergipano, promovendo uma prestação jurisdicional de forma célere, transparente e com qualidade.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis do setor público, aplicáveis a esta unidade gestora, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/00, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e incluem:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis estão definidas abaixo:



➤ **Disponibilidades**

As disponibilidades (Caixa e Equivalente de Caixa) são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Quando em moeda estrangeira, é realizada a conversão para moeda nacional à taxa de câmbio vigente a data do Balanço Patrimonial.

No tocante às aplicações financeiras de liquidez imediata, a mensuração ou avaliação levará em conta o valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial.

➤ **Créditos e Dívidas**

Os direitos a receber e as obrigações a pagar são mensurados ou avaliados pelo valor original, e quando em moeda estrangeira, os créditos e dívidas serão convertidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

➤ **Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados pelo custo de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

O valor evidenciado na demonstração refere-se ao valor contábil total em estoque e será reconhecido como despesa no momento em que for consumido

➤ **Imobilizado**

O ativo imobilizado é reconhecido com base no valor de aquisição, produção ou construção.

1 Na aquisição, o valor compreende o preço de compra, impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio, mão de obra decorrente da aquisição, honorários profissionais e preparação do local, ou seja, gastos atribuíveis para a colocação do ativo no local e em condições de operação.

2 Na produção ou construção, o valor refere-se ao material e mão de obra diretamente empregados e os custos indiretos de produção ou construção.

No tocante aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é efetuado pelo valor justo na data do recebimento, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos de doação.

Quanto aos gastos posteriores à aquisição do registro do ativo imobilizado, os mesmos são incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço. No custo de reposição de parte do ativo, a incorporação ao valor do ativo se dá sempre quando haja uma melhoria ou adição complementar significativa.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nas transferências de ativos recebidos pelo TJSE, o reconhecimento é pelo valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem.

➤ **Ativo Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do TJSE e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou produção, e caso sejam obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido no termo de doação.

➤ **Ajuste de Exercícios Anteriores**

Realiza-se o ajuste de exercícios anteriores quando, em exercícios passados, não tenha sido reconhecido um fato que reduz ou aumenta a situação patrimonial, conforme mensura o Regime da Competência. Assim, no exercício em apuração, a contabilidade deve registrar os fatos não reconhecidos no Patrimônio Líquido, na conta Ajuste de Exercícios Anteriores.

➤ **Depreciação e Amortização**

Está sendo realizada a Depreciação de Bens Móveis em consonância com o MCASP, entretanto, a Depreciação dos Bens Imóveis e a Amortização até o momento não foram implantadas no TJSE, contudo, o Órgão tem iniciado um trabalho para a fiscalização dos procedimentos contábeis patrimoniais.

➤ **Resultado do Exercício**

Registra os superávits ou déficits do exercício.

4. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

➤ **Crítérios para Elaboração**

O Balanço Orçamentário contempla o orçamento com suas alterações e a execução orçamentária, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme preconizado pela Lei nº 4.320/64.

Ele encontra-se estruturado de acordo com a Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07, bem como com orientações da 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

No Balanço Orçamentário, as receitas foram evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; já as despesas foram demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ Alteração Orçamentária

A Dotação Atualizada é composta da seguinte forma:

ALTERAÇÕES DA DOTAÇÃO	
Título	Exercício 2022
Dotação Inicial (I)	R\$ 636.223.838,00
Crédito Suplementado por Redução de Recursos em outros Órgãos (II)	R\$ 22.825.000,00
Crédito Suplementado por Excesso de Arrecadação (III)	R\$ 51.500.000,00
Redução de Créditos (IV)	(R\$ 10.070.000,00)
Crédito Suplementado por Redução de Créditos (V)	R\$ 10.070.000,00
Dotação Atualizada (V) = (I) + (II) + (III) + (IV)	R\$ 710.548.838,00

➤ Créditos Adicionais

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Composição dos Créditos Adicionais:

DECRETO	Créditos Suplementares	Recursos Utilizados		
		Redução de Verbas	Redução em outros órgãos	Excesso de Arrecadação
292/2023	R\$ 15.000.000,00	-----	R\$ 15.000.000,00	-----
347/2023	R\$ 50.000.000,00	-----	-----	R\$ 50.000.000,00
563/2023	R\$ 1.500.000,00	-----	-----	R\$ 1.500.000,00
565/2023	R\$ 14.995.000,00	R\$ 7.170.000,00	R\$ 7.825.000,00	-----
605/2023	R\$ 2.900.000,00	R\$ 2.900.000,00	-----	-----
TOTAL	R\$ 84.395.000,00	R\$ 10.070.000,00	R\$ 22.825.000,00	R\$ 51.500.000,00



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Receitas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as receitas orçamentárias previstas, atualizadas e efetivamente arrecadadas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	500.000,00	2.000.000,00	2.317.955,54	317.955,54
Receita Patrimonial	500.000,00	1.793.162,01	2.092.720,87	299.558,86
Outras Receitas Correntes	0,00	206.837,99	225.234,67	18.396,68
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	24.950,36	24.950,36
Alienação de Bens	0,00	0,00	24.950,36	24.950,36
TOTAL DAS RECEITAS	500.000,00	2.000.000,00	2.342.905,90	342.905,90

- Em relação à Previsão Atualizada das Receitas, houve um **Excesso de Arrecadação** de **R\$ 342.905,90**.

- A despeito da Portaria SEFAZ nº 347/2023 ter providenciado a alocação de um crédito adicional suplementar no montante de R\$ 50.000.000,00 destinado ao Poder Judiciário, proveniente do Excesso de Arrecadação, é digno de nota que este valor não se encontra refletido na Previsão Atualizada do Balanço Orçamentário do referido Tribunal. Tal omissão se deve ao fato de que esta Receita Orçamentária foi obtida a partir de impostos de jurisdição estadual na Fonte de Recursos 1500, e já foi devidamente contabilizada no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado.

- A Alienação de Bens no valor de R\$ 24.950,36 correspondeu ao Leilão de Bens Móveis Inservíveis a Administração Pública do ano de 2023, conforme proc. SEI 0004146-20.2023.8.25.8825.

➤ **Despesas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as despesas orçamentárias desde a dotação inicial até o saldo excedente, considerando a dotação atualizada e as despesas empenhadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Desp. Correntes	636.123.838,00	710.548.838,00	705.631.118,08	703.959.864,00	703.550.690,86	4.917.719,92
Pessoal e Encargos Sociais	552.768.598,00	592.873.598,00	589.536.317,71	589.273.352,15	588.864.179,01	3.337.280,29
Out. Desp. Correntes	83.355.240,00	117.675.240,00	116.094.800,37	114.686.511,85	114.686.511,85	1.580.439,63
Desp. de Capital	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS	636.223.838,00	710.548.838,00	705.631.118,08	703.959.864,00	703.550.690,86	4.917.719,92



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Em relação a diferença entre a Dotação Atualizada e as Despesas Empenhadas, percebe-se uma **Economia de Gastos** de R\$ 4.917.719,92.

➤ **Resultado Orçamentário**

- O **Resultado Orçamentário**, correspondente a diferença entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas, corresponde a um **déficit** de **(R\$ 703.288.212,18)**. Quanto a esse desequilíbrio orçamentário, conforme a 10ª Ed. MCASP, é devido porque esta Unidade Gestora não é agente arrecadadora, mas executa suas despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

➤ **Execução de Restos a Pagar**

O total de Restos a Pagar perfaz em R\$ 2.080.427,22, sendo composto da seguinte forma:

Exercício	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					SALDOS A PAGAR PROCESSADOS			
	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
2022	R\$ 4.635.422,06	R\$ 4.603.320,70	R\$ 4.603.320,70	R\$ 32.101,36	R\$ 0,00	R\$ 350.308,41	R\$ 350.308,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2023	1.671.254,08	0,00	0,00	0,00	1.671.254,08	409.173,14	0,00	0,00	409.173,14
					R\$ 1.671.254,08				R\$ 409.173,14

5. **BALANÇO FINANCEIRO**

➤ **Crítérios para Elaboração**

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei 4.320/64 cominado com as orientações contidas no MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 06, demonstrando as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTARIA(I)	2.342.905,90	1.883.372,78	DESPESA ORÇAMENTARIA(VI)	705.631.118,08	609.445.849,57
Ordinária	2.342.905,90	1.883.372,78	Ordinária	705.631.118,08	609.445.849,57
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	708.549.167,75	608.165.270,04	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS(VII)	4.883.410,35	1.592.637,80
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	708.549.167,75	608.165.270,04	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	4.883.410,35	1.592.637,80



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	174.175.291,88	162.517.879,54	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	177.025.630,21	159.044.549,78
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.671.254,08	4.635.422,06	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	4.603.320,70	1.617.960,83
Inscrição de Restos a Pagar Processados	409.173,14	350.308,41	Pagamento de Restos a Pagar Processados	350.308,41	41.489,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	172.094.864,66	157.532.149,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	172.072.001,10	157.385.099,50
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	6.734.001,48	4.250.516,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	4.261.208,37	6.734.001,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.734.001,48	4.250.516,27	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.261.208,37	6.734.001,48
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	891.801.367,01	776.817.038,63	TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	891.801.367,01	776.817.038,63

Cabe mencionar que esta Unidade Gestora recebeu o montante de R\$ 708.549.167,75 referente à Cota Orçamentária (Duodécimo).

Os recursos financeiros encontram-se distribuídos nas **Contas Bancárias** relacionadas na tabela a seguir:

SALDO EM ESPÉCIE TRANSFERIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024					
Banco	Agência	Conta	Saldo Conta Corrente	Saldo Aplicação Financeira	Saldo Total
BANESE	34	400.550-2	R\$ 11,23	R\$ 299.770,89	R\$ 299.782,12
BANESE	34	400.556-1	R\$ 0,98	R\$ 8.881,33	R\$ 8.882,31
BANESE	34	400.671-1	R\$ 7.644,34	R\$ 3.892.039,14	R\$ 3.899.683,48
BANESE	34	400.439-5	R\$ 28,19	R\$ 28.671,06	R\$ 28.699,25
BANESE	34	400.459-0	R\$ 29,94	R\$ 24.131,27	R\$ 24.161,21
TOTAL			R\$ 7.714,68	R\$ 4.253.493,69	R\$ 4.261.208,37

6. BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS VARIAÇÕES

➤ Critérios para Elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, bem como instruída pelas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04.

➤ **Composição do Balanço Patrimonial**

ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2023	%	2022	%	VARIAÇÃO (2023 - 2022)
ATIVO CIRCULANTE	4.585.556,59	6,85%	7.030.665,96	9,47%	-2.445.109,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.261.208,37	6,37%	6.734.001,48	9,07%	-2.472.793,11
Demais Créditos de Curto Prazo	263.261,66	0,39%	235.062,82	0,32%	28.198,84
Estoques	61.086,56	0,09%	61.601,66	0,08%	-515,10
ATIVO NÃO CIRCULANTE	62.324.038,06	93,15%	67.234.085,15	90,53%	-4.910.047,09
Imobilizado	62.308.738,06	93,12%	67.218.785,15	90,51%	-4.910.047,09
Intangível	15.300,00	0,02%	15.300,00	0,02%	0,00
TOTAL DO ATIVO	66.909.594,65	100,00%	74.264.751,11	100,00%	-7.355.156,46

O **Ativo Circulante** encerrou o exercício de 2023 com o valor total de R\$ 4.585.556,59, sendo que R\$ 4.261.208,37 desse montante coube ao grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

O **Estoque** apresentou saldo de R\$ 61.086,56, sendo que o saldo do estoque está em consonância com o valor do relatório de almoxarifado e de material.

Os **Créditos de curto prazo** apresentaram um saldo de R\$ 263.261,66, sendo esses créditos representados em sua totalidade por direitos a receber por cessão de pessoal a outros Órgãos.

O **Ativo Imobilizado**, composto por móveis e imóveis, totaliza o montante de R\$ 62.308.738,06, representando assim 93,12% do valor total do ativo, o qual atingiu R\$ 66.909.594,65. Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o imobilizado foi apresentado pelo seu valor líquido, já descontadas as depreciações e amortizações acumuladas. É pertinente ressaltar que houve uma redução de R\$ 4.910.047,09 em relação ao exercício fiscal de 2022; ressalte-se que houve um ajuste negativo nos saldos patrimoniais de bens móveis identificados durante o inventário no valor de R\$ 4.828.889,29.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O **Total do Ativo** encerrou com saldo de R\$ 66.909.594,65, sendo que houve uma redução de R\$ 7.355.156,46 em relação ao exercício de 2022.

PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2023	%	2022	%	VARIAÇÃO (2023 - 2022)
PASSIVO CIRCULANTE	634.518,39	100,00%	552.790,10	100,00%	81.728,29
FORNECEDORES A PAGAR	409.173,14	64,49%	350.308,41	63,37%	58.864,73
CAUÇÕES EM DINHEIRO	55.432,12	8,74%	55.432,12	10,03%	0,00
CONSIGNAÇÕES	169.913,13	26,78%	147.049,57	0,00%	22.863,56
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DO PASSIVO	634.518,39	100,00%	552.790,10	100,00%	81.728,29

O **Passivo Circulante** montou em R\$ 634.518,39, composto pelo valor dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 409.173,14, Depósitos e Cauções em dinheiro no valor de R\$ 55.432,12 e Tributos a Recolher de R\$ 169.913,13. Não houve registros de obrigações exigíveis de longo prazo.

O **Total do Passivo** encerrou com saldo de R\$ 634.518,39, sendo que houve um aumento de R\$ 81.728,29 em relação ao exercício de 2023.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	VARIAÇÃO (2024 - 2023)
1- PATRIMÔNIO SOCIAL	124.993.706,01	124.993.706,01	0,00
2- AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-4.828.889,29	0,00	-4.828.889,29
2 - RESULTADOS ACUMULADOS	-53.889.740,46	-51.281.745,00	-2.607.995,46
2.1-Superávit ou Déficit do Exercício	-2.607.995,46	1.857.385,73	-4.465.381,19
2.2-Superávit ou Déficit dos Exercícios Anteriores	-51.281.745,00	-53.139.130,73	1.857.385,73
TOTAL DO PL	66.275.076,26	73.711.961,01	-7.436.884,75

O **Patrimônio Líquido** encerrou com R\$ 66.275.076,26, composto de R\$ 124.993.706,01 de Patrimônio Social, (R\$ 4.828.889,29) de Ajuste de Avaliação Patrimonial decorrentes de ajustes nos saldos patrimoniais de bens móveis identificados durante o inventário e (R\$ 53.889.740,46) de Resultados Acumulados.

O **Total do Patrimônio Líquido** diminuiu em R\$ 7.436.884,75 em relação ao exercício de 2022.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Resultado apurado na Demonstração dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	4.261.208,37	6.734.001,48	PASSIVO FINANCEIRO	2.305.772,47	5.188.212,16
Caixa e Equiv. Caixa	4.261.208,37	6.734.001,48	Restos a Pagar Processados	409.173,14	350.308,41
			Restos a Pagar Não Processados	1.671.254,08	4.635.422,06
			Depósitos e Cauções em dinheiro	55.432,12	55.432,12
			Consignações	169.913,13	147.049,57
ATIVO PERMANENTE	62.648.386,28	67.530.749,63	PASSIVO PERMANENTE	0	0
Estoque	61.086,56	61.601,66			
Demais créditos e Valores a Curto Prazo	263.261,66	235.062,82			
Imobilizado	62.308.738,06	67.218.785,15			
Intangível	15.300,00	15.300,00			
TOTAL DO ATIVO (I)	66.909.594,65	74.264.751,11	TOTAL DO PASSIVO (II)	2.305.772,47	5.188.212,16
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)				64.603.822,18	69.076.538,95

O **Saldo Patrimonial**, apurado pela subtração do Ativo com o Passivo, representa um total de **R\$ 64.603.822,18**, cabe destacar que houve uma **redução** de R\$ 4.472.716,77 referente ao exercício de 2022.

➤ **Superávit Financeiro**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO/2023		
FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 82.096,39	R\$ 1.450.289,32
1501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 302.599,83	R\$ 0,00
1755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	R\$ 24.950,36	R\$ 95.500,00
2500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.450.289,32	R\$ 0,00
2755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	R\$ 95.500,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.955.435,90	R\$ 1.545.789,32

Conforme o Quadro do Superávit Financeiro, apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, observa-se que esse apresentou um **Superávit Financeiro** no valor de **R\$ 1.955.435,90**, sendo Fonte de Recursos para abertura de créditos adicionais para os exercícios seguintes.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Quadro das Contas de Compensação**

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

Quadro das Contas de Compensação

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	613.519,01	613.519,01			
TOTAL	613.519,01	613.519,01	TOTAL	0,00	0,00

O saldo dos Atos Potenciais Ativos é de R\$ 613.519,01, sendo que em sua totalidade é representado por Apólices de Seguro-garantia dada por empresas prestadoras de serviços, conforme determina a Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitação).

- Composição do Superávit Financeiro

Recurso/Destinação	Empenhos a Pagar Processados		Empenhos a Pagar Não Processados		Depósitos	Disponibilidade Financeira		
	Exercício Anteriores	Exercício Atual	Exercício Anteriores	Exercício Atual		Saldo Financeiro	Realizável	Disponível
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	405.416,67	0,00	1.514.254,08	140.944,18	2.142.711,32	0,00	82.096,39
1501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	3.756,47	0,00	157.000,00	84.401,07	547.757,37	0,00	302.599,83
1755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.950,36	0,00	24.950,36
2500 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450.289,32	0,00	1.450.289,32
2755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.500,00	0,00	95.500,00
Total	0,00	409.173,14	0,00	1.671.254,08	225.345,25	4.261.208,37	0,00	1.955.435,90

O **Superávit Financeiro** do Exercício corresponde ao montante de R\$ 1.955.435,90.

➤ **Dívida Flutuante**

Conforme determina o Art. 92 da Lei 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende:

I - Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - Os serviços da dívida a pagar;

III - Os depósitos;



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV - Os débitos de tesouraria.

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$ 350.308,41	R\$ 5.012.493,84	R\$ 4.953.629,11	R\$ 409.173,14
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	R\$ 350.308,41	R\$ 5.012.493,84	R\$ 4.953.629,11	R\$ 409.173,14
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 4.635.422,06	R\$ 6.306.676,14	R\$ 9.270.844,12	R\$ 1.671.254,08
EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	R\$ 4.635.422,06	R\$ 6.306.676,14	R\$ 9.270.844,12	R\$ 1.671.254,08
DEPÓSITOS	R\$ 202.481,69	R\$ 172.094.864,66	R\$ 172.072.001,10	R\$ 225.345,25
VALORES RESTITUÍVEIS	R\$ 202.481,69	R\$ 172.094.864,66	R\$ 172.072.001,10	R\$ 225.345,25
TOTAL	R\$ 5.188.212,16	R\$ 183.414.034,64	R\$ 186.296.474,33	R\$ 2.305.772,47

O Saldo da Dívida Flutuante é R\$ 2.305.772,47, sendo inferior em R\$ 2.882.439,69, quando comparado com o exercício anterior.

➤ **Resultado Patrimonial do Exercício**

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada de acordo com o artigo 104, da Lei nº 4.320/64, com estrutura orientada pela 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05, tendo por escopo a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, através da apuração do resultado patrimonial do período.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.092.720,87	1.566.857,52
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	708.570.767,75	608.184.356,43
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.207,56	34.591,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	246.740,63	299.783,06
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	710.925.436,81	610.085.588,71

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2023	2022
PESSOAL E ENCARGOS	636.291.406,62	563.876.508,43
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	119.477,24	174.371,44
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	11.766,90	3.956,28
SERVIÇOS	17.948.628,61	3.308.405,76



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	65.151,77	111.691,48
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.896.273,58	1.607.888,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.470,74	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	54.198.256,81	39.145.380,78
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	713.533.432,27	608.228.202,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	-2.607.995,46	1.857.385,73

Por meio da comparação entre as variações quantitativas de aumento e diminuição, foi constatado que o Resultado Patrimonial do Exercício apresenta um **déficit** de **(R\$ 2.607.995,46)**. Destacamos que o mencionado valor está devidamente registrado nos Resultados Acumulados, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial.

7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi apurada pelo método direto, de acordo com as orientações do MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08.

O resultado líquido das **Atividades Operacionais** ficou deficitário em **(R\$ 2.497.743,47)**;

O resultado líquido das **Atividades de Investimentos** ficou positivo em **R\$ 24.950,36**;

Não houve Fluxo de Caixa referente às **Atividades de Financiamentos**.

A **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** ficou deficitário em **(R\$ 2.472.793,11)**.

O saldo relativo à **Caixa e Equivalentes de Caixa Final** de R\$ 4.261.208,37 é corresponde ao saldo total apresentados nos Extratos Bancários.

8. CUMPRIMENTO DOS LIMITES DA LRF – Despesas de Pessoal

Segundo o artigo 20, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, na esfera estadual, a despesa total com pessoal (DTP) do Poder Judiciário não poderá exceder a 6% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

A fim de demonstrar o cumprimento dos limites legais estabelecidos, este Tribunal emitiu, ao final de cada quadrimestre do exercício em análise, o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO I, considerando o disposto no art. 54, inciso III e no art. 55, inciso I, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Portaria nº 286/2019 da STN, que aprovou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os percentuais apurados demonstraram que, em todos os quadrimestres de 2023, o limite máximo de 6% foi devidamente obedecido.

DESPESA COM PESSOAL					
Quadrimestre	Despesa Total com Pessoal - DTP		Receita Corrente Líquida - RCL		% DTP sobre RCL
1º	R\$	550.225.805,73	R\$	11.604.465.960,83	4,74%
2º	R\$	575.192.195,32	R\$	11.765.578.864,00	4,89%
3º	R\$	592.723.538,54	R\$	12.555.098.860,32	4,72%

Aracaju/SE, 10 de abril 2024.

José Alberto Alves Santana Junior
Diretor Financeiro
CRC/SE nº 6125/SE

Samuel Freitas de Souza
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC/SE 6703/SE